

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.951 - SP (2019/0163266-6)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : MACRO PAINEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
**ADVOGADOS** : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016  
NATHALI ISABELLE ROSSINI - SP326677  
NATÃ DOMINGOS DE SOUZA E OUTRO(S) - SP356223  
**AGRAVADO** : BANCO SAFRA S A  
**ADVOGADO** : VALDIR AUGUSTO E OUTRO(S) - SP066986  
**INTERES.** : DINO AKIRA SAKASHITA  
**INTERES.** : PAULO ROBERTO SPERANCIN  
**ADVOGADOS** : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016  
NATHALI ISABELLE ROSSINI - SP326677  
NATÃ DOMINGOS DE SOUZA - SP356223

### DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por MACRO PAINEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA em face da decisão acostada às fls. 573-575 e-STJ, proferida em juízo prévio de admissibilidade.

Essencialmente, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre manejado pela ora insurgente conforme os seguintes fundamentos: *(i)* incidência da Súmula 284/STF quanto à alegação de ofensa ao artigo 553 do CPC/15, pois o dispositivo foi simplesmente citado, sem demonstração de violação; *(ii)* insuficiência das razões recursais quanto à afronta aos artigos 3º e 550 do CPC/15; *(iii)* incidência da Súmula 7/STJ; *(iv)* ausência de cotejo analítico e demonstração da similitude fática no dissídio jurisprudencial suscitado.

Inconformada, interpôs o presente agravo em recurso especial (fls. 578-594 e-STJ) em cujas razões, além de relembrar os fatos relevantes para o feito e tecer considerações sobre o papel do Superior Tribunal de Justiça, aduziu, em síntese, que: *(i)* não há necessidade de reexame de provas; *(ii)* é mitigada a necessidade de demonstração do dissídio jurisprudencial caso esse seja notório. Transcreveu as razões do apelo extremo quanto ao acórdão estadual recorrido ter violado os artigos 3º e 550 do CPC/15, defendendo ter interesse de agir na propositura de ação de prestação de contas, o que não depende de exame de provas. Mencionou, ainda, o art. 553 do CPC/15 no título do tópico, sem voltar a se referir a ele nas razões do apelo. Transcreveu ementas de julgados desta Corte relacionados com a matéria.

Sem impugnação.

Reconhecida a tempestividade do recurso especial (fls. 651-652 e-STJ), foram os autos distribuídos a este signatário.

É o relatório. Decide-se.

O agravo em recurso especial não ultrapassa o conhecimento.

1. Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão agravada. A ausência de impugnação específica torna forçoso o não conhecimento do reclamo, por aplicação do quanto disposto nos artigos 932, inc. III, do CPC/15.

Aplicável, ainda o óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os*

# Superior Tribunal de Justiça

*fundamentos da decisão agravada".*

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. **FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE.** DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, **parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.** 2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, há uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido. 3. **A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.** 4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição. 5. **É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.** 6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 - sem grifos no original)

Confirmam-se, no mesmo sentido, os seguintes julgados: **AgInt no AREsp 1074988/RJ**, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; **AgInt no AREsp 877.856/RJ**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 08/11/2016, DJe 23/11/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 1017447/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017; **AgInt nos EDcl no AREsp 863.863/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017

No caso em comento, a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade fundamentou-se em: (i) incidência da Súmula 284/STF quanto à alegação de ofensa ao artigo 553 do CPC/15, pois o dispositivo foi simplesmente citado, sem demonstração de violação; (ii) insuficiência das razões recursais quanto à afronta aos artigos 3º e 550 do CPC/15; (iii) incidência da Súmula 7/STJ; (iv) ausência de cotejo analítico e demonstração da similitude fática no dissídio jurisprudencial suscitado.

Nas razões do agravo em recurso especial (fls. 578-594 e-STJ) a parte insurgente, além de relembrar os fatos relevantes para o feito e tecer considerações sobre o papel do Superior Tribunal de Justiça, aduziu, em síntese, que: (i) não há necessidade de reexame de provas; (ii) é mitigada a necessidade de demonstração do dissídio jurisprudencial caso esse seja notório. Transcreveu as razões do apelo extremo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Deixou, assim, de impugnar de modo específico os fundamentos da decisão agravada, inexistindo menção à inadmissão do apelo nobre por aplicação da Súmula 284/STF à menção ao art. 553 do CPC/15 ou à ausência de similitude fática no dissídio pretoriano alegado.

Impositiva, portanto, a aplicação do artigo 932, inc. III, do CPC/15 e, ainda, por analogia do óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, porquanto ausente ataque específico aos fundamentos da decisão monocrática agravada.

**2.** Do exposto, não se conhece do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

